

A QUEDA NO NÍVEL DA ATIVIDADE INDUSTRIAL: RECESSÃO OU DESAQUECIMENTO?*

*André Luís Forti Scherer***

O comportamento da produção industrial brasileira, após a implantação do plano de estabilização em julho de 1994, passou por duas fases distintas. A primeira, no segundo semestre do ano passado, caracterizou-se pela progressiva elevação da produção, que reduziu grande parte da ociosidade até então existente no parque industrial. A segunda, no ano de 1995, quando o nível da atividade industrial percorreu um caminho inverso, voltando a atingir, em julho, patamar semelhante ao verificado no mesmo mês do ano anterior.

A profundidade da redução na atividade industrial nessa segunda fase dividiu a opinião de empresários, de sindicalistas, de economistas e do Governo. Emergem duas interpretações quanto ao momento da economia brasileira: uma aponta recessão; e outra, desaquecimento da atividade ou desaceleração do crescimento.

A recessão, ou seja, uma queda profunda na atividade da economia, reflete o entendimento daqueles mais diretamente ligados à atividade produtiva, os empresários e os sindicalistas. Os principais indicadores que caracterizariam a conjuntura econômica do País como recessiva estariam ligados à queda no nível de emprego industrial, ao crescimento das falências e concor-

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 03.10.95 e contou com a colaboração do estagiário Marcelo Sandri Pinto.

** Economista, técnico da FEE e professor da PUC-RS e da UNISINOS.

O autor agradece aos colegas Maria Cristina Passos, Sílvia H. Campos, Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho e Fernanda Bittencourt Ribeiro pela leitura e observações à versão preliminar do texto.

datas frente ao ano anterior, à elevação na inadimplência dos consumidores, com o aumento do número de títulos protestados e cheques devolvidos, e ao ritmo acelerado da redução na produção industrial. A força motriz da perda de dinamismo do mercado interno residiria nas medidas de restrição ao crédito adotadas pelo Governo no princípio do atual ano, com a elevação das taxas de juros e o conseqüente aumento dos níveis de inadimplência, bem como na exposição desfavorável da indústria brasileira à concorrência internacional, agravada pela defasagem cambial (Conj. Econ., 1995, p.53).

Entretanto cabe ressaltar que, de uma maneira geral, as medidas de política monetária adotadas pelo Governo foram consideradas necessárias à continuidade do processo de estabilização pela classe empresarial, apenas implementadas com excesso de rigor. O discurso corrente daqueles que preconizam estar o País em recessão é o da "dose excessiva do remédio necessário". A inabilidade governamental no manejo dos instrumentos monetários seria, então, a grande responsável pela situação de dificuldade dos setores produtivos, tendo a atividade se reduzido em proporção maior do que aquela necessária ao bom andamento da estabilização. Essa realidade pode ser constatada, principalmente, a partir da observação do aumento do desemprego industrial. Tal diagnóstico levou a movimentos conjuntos de lideranças empresariais e de trabalhadores, no sentido de convencer o Governo a flexibilizar as medidas de restrição ao crédito.

Por sua vez, a maior parte dos economistas e técnicos ligados ao Governo prefere interpretar a queda no nível da atividade econômica de uma forma mais branda, como não configurando uma recessão. A redução estaria sinalizando uma situação que poderia ser melhor caracterizada como de desaquecimento, ou de desaceleração do ritmo de crescimento, que se verificou na economia — e na produção industrial — brasileira no segundo semestre do ano passado.¹

Os defensores dessa interpretação constroem seu argumento destacando o elevado crescimento na produção em 1994, decorrência direta da estabilização monetária. A continuidade do mesmo ritmo de crescimento é vista, entretanto, como incompatível com a prioridade governamental de manutenção de uma tendência decrescente no nível de preços. O ponto focal que determinaria a tendência de desaceleração em contraposição à recessão

¹ É ilustrativa dessa posição a argumentação sobre a inexistência de recessão e desemprego em Considera (1995).

seria o patamar alcançado pela atividade industrial até julho, superior ao de igual período de 1994, em detrimento de sua evolução em 1995. O crescimento da inadimplência poderia ser considerado decorrente de excessiva euforia por parte dos consumidores e de confiança por parte das empresas, que teriam errado suas previsões sobre a evolução imediata das vendas. As altas taxas de desemprego industrial, por sua vez, teriam sua causa na modernização tecnológica (aí compreendidas as mudanças organizacionais) em curso nas empresas, correspondendo, portanto, ao que o Governo tem chamado de fator "estrutural". Como consequência, os postos de trabalho por hora fechados não mais seriam recuperados, mesmo com a retomada do ritmo do crescimento econômico.

Assim, mais do que mera diferença semântica, as expressões "recessão" e "desaquecimento" refletem distintas interpretações sobre a natureza da queda da atividade na economia brasileira em 1995, com importantes implicações para as expectativas dos agentes econômicos, as quais podem se refletir sobre o nível de investimento e de emprego no setor industrial.

1 - Algumas evidências sobre a evolução do nível de emprego industrial

O ponto central — ou, ao menos, sua decorrência mais visível — da controvérsia "recessão" *versus* "desaceleração" localiza-se na análise do comportamento do emprego no setor industrial.

Na indústria paulista, as dispensas chegaram a 103.812 trabalhadores, perfazendo uma queda de 4,49% no índice de emprego medido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) até o final de setembro (FLORENCE, 1995, p.2-4). O saldo entre admissões e demissões ocorridas na indústria paulista a partir da implantação do Plano Real também é negativo, com o fechamento de 38.193 postos de trabalho até o mês de agosto (SEIDL, 1995, p.2-3).

No entanto é importante ressaltar que, durante o crescimento da produção industrial em 1994, o aumento do emprego no setor teve um comportamento bastante modesto. Tal comportamento parece dar razão àqueles que, como o Governo, apontam uma situação de ajuste "estrutural" na indústria brasileira, com a decorrente eliminação de postos de trabalho, uma vez que o crescimento

do emprego não teria acompanhado o aumento na produção. Entretanto dois aspectos merecem ser salientados:

- a) o ajuste "estrutural" no nível de emprego não precisa necessariamente ser decorrência de modernização tecnológica (e, portanto, podendo ser caracterizado como "desemprego saudável"), como afirma o Governo. Pode estar vinculado ao ajustamento resultante da forma como a indústria brasileira vem sendo compelida a inserir-se no processo de mundialização da economia, com a redução acelerada na taxa de proteção efetiva à produção industrial interna ocorrida no segundo semestre de 1994 (queda nas alíquotas de importações concomitantemente à elevada defasagem cambial). Em alguns setores, a queda no nível de emprego refere-se a postos de trabalho que possivelmente não serão recuperados com uma provável retomada da atividade da economia — e daí o seu caráter "estrutural" —, pois a natureza das dispensas reflete mais uma perda na competitividade do que um processo de intensa modernização tecnológica de natureza poupadora de mão-de-obra;
- b) o ajuste no nível de emprego deu-se também em setores industriais cuja atividade foi fortemente afetada pelas restrições creditícias, podendo, portanto, esse desemprego ser considerado como "conjuntural".

É ilustrativa da incerteza que envolve a questão a declaração do Diretor do Departamento de Economia da FIESP, Franz Reimer, para a **Gazeta Mercantil** (FERRARI, 1995, p.A-5). Para ele, "(...) existe um problema estrutural. A tendência do setor é aumentar a produtividade e reduzir emprego. Mas, não acredito que, no momento, as demissões sejam ocasionadas por um fator estrutural" e "(...) os setores mais expostos à concorrência internacional são aqueles mais afetados pelo desemprego".

A redução nos postos de trabalho não se limita à indústria de transformação paulista. Os números do Índice Conjuntural do Emprego Industrial (ICEI) da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) apontam uma queda acumulada de 3,38% nos postos de trabalho da indústria gaúcha no período jan.-ago./95. Após um ciclo de crescimento do nível de emprego até abril, sucedeu uma queda contínua desse indicador a partir de maio. Essa redução ter-se-ia intensificado no mês de agosto, quando foram fechados 2,49% das vagas existentes na indústria do Rio Grande do Sul, a maior queda do ano até o momento (Súmula Econ., 1995, p.25).

Uma resposta mais adequada ao caráter estrutural ou conjuntural do desemprego somente é possível a partir de uma análise mais detalhada da composição setorial do desemprego.

A Tabela 1, que apresenta dados sobre a evolução do emprego em diferentes agregados industriais até agosto deste ano, traz elementos nesse sentido, embora o grau de detalhamento seja insuficiente para uma análise mais conclusiva.

Tabela 1

Variação percentual do pessoal ocupado por agregado industrial
no Rio Grande do Sul — jan.-ago./95

MESES	METAL- -MECÂNICA	MADEIRA E DERIVADOS	QUÍMICA E PETRO- QUÍMICA	TÊXTIL E DERIVADOS	AGROIN- DÚSTRIA	TOTAL DA INDÚSTRIA
Jan.	1,00	-0,31	0,82	-0,40	2,26	0,44
Fev.	0,83	-0,94	0,12	0,30	1,61	0,44
Mar.	3,91	0,27	-0,66	2,89	3,32	2,55
Abr.	-0,22	-0,78	-1,20	0,31	1,78	0,36
Mai	-1,97	-1,38	-1,44	-0,08	-1,70	-1,00
Jun.	-2,05	-3,08	-2,60	-1,60	-2,26	-1,96
Jul.	-1,52	-1,98	-2,06	-1,49	-2,38	-1,68
Ago.	-3,46	-1,16	-0,86	-2,87	-1,37	-2,49

FONTE: Súmula Econômica (1995). Porto Alegre: FIERGS, set.

Observa-se, entretanto, que, dado o desempenho produtivo dos diversos agregados industriais até o mês de agosto, os fatores enfocados — tecnologia, competição internacional e queda conjuntural da atividade econômica — provavelmente têm pesos diferenciados na explicação do desemprego, em diferentes setores da indústria gaúcha.

Partindo de alguns dados da Tabela 1, verifica-se que, no agregado **madeira e derivados** — dados o seu reduzido nível de exposição à competição internacional e a importância do crédito para o volume de suas vendas —, grande parcela da redução no pessoal ocupado pode ser atribuída aos fatores considerados "conjunturais", sendo, portanto, passível de uma recuperação. Por sua vez, o agregado **química e petroquímica**, a partir do bom desempenho da exportação de seus produtos neste ano e sendo sua produção caracteristicamente capital-intensiva, provavelmente teve seu nível de emprego reduzido em função da modernização tecnológica e organizacional.² Já no agregado **têxtil e derivados**³, as empresas vêm passando por notórias dificuldades com o acirramento da concorrência internacional — especialmente dos países asiáticos — e podem ter a queda no seu nível de emprego relacionada, principalmente, à redução na competitividade internacional de parcela de seus produtos.

2 - O nível de investimento na indústria brasileira

O nível de investimento na indústria brasileira é um importante indicador na verificação da forma como as expectativas dos dirigentes industriais foram afetadas pela queda no nível da atividade e por suas diferentes interpretações.

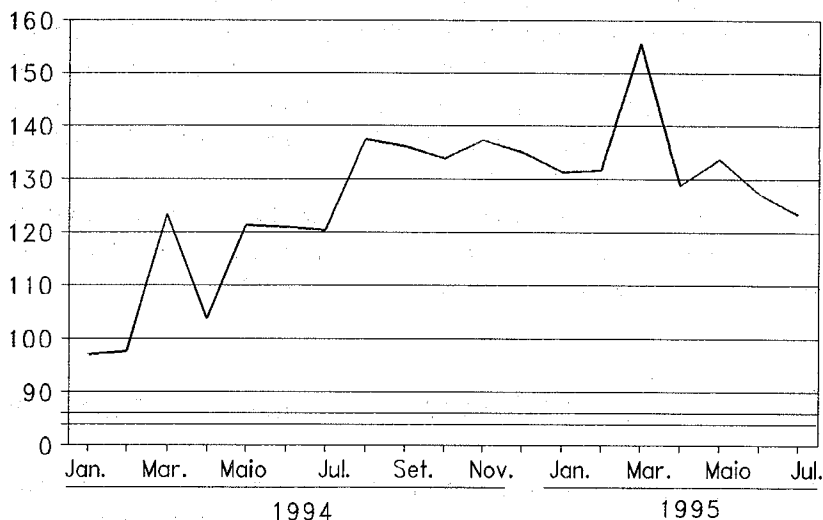
Para uma economia em "recessão", a hipótese mais plausível aponta um menor nível de investimentos do que no caso em que a redução do nível de atividade venha a ser interpretada como um "desaquecimento".

O nível de investimentos na indústria brasileira pode ser estimado, de forma aproximada, a partir da evolução da produção interna e da importação de bens de capital.

A produção brasileira de bens de capital foi bastante impulsionada com a implantação do Plano Real, sendo a categoria de mais elevada taxa de crescimento em sua produção — 21,75% — no período de agosto de 1994 a julho de 1995, quando comparado com os doze meses anteriores.

² Grandes empresas do setor petroquímico no Estado vêm passando por um processo de "reengenharia", que implica aumento das demissões.

³ O agregado **têxtil e derivados** inclui a indústria de calçados, de importante participação no emprego do setor industrial do Estado.

Gráfico 1**Índice da produção de bens de capital no Brasil — jan./94-jul./95**

FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil-produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, jul.

NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

O Gráfico 1 mostra a evolução da produção de bens de capital em 1994 e até julho de 1995. Pode ser observado que a produção desses bens esteve sempre acima daquela do ano anterior no período jan.-jul./95. Como resultado, a taxa de crescimento acumulado atingiu 20,17%. No entanto observa-se que, após atingir seu pico em março de 1995, a produção de bens de capital em julho foi apenas 3,25% superior a julho de 1994, o que evidencia uma queda no ritmo de seu crescimento. A comparação com junho, realizada a partir do índice dessazonalizado, mostra um decréscimo de 2,3% na produção de julho.

Por outro lado, no que tange às importações de bens de capital, registra-se uma expressiva elevação em relação ao ano anterior.⁴ Em agosto de 1995, as importações de bens de capital tiveram um crescimento de 17,2% frente a julho, atingindo US\$ 1,095 bilhão. Mais importante: nesse mês, a média diária das importações desses bens foi 5,8% superior à média diária registrada para o período de janeiro a julho. Esse resultado contrastou com o movimento observado para o total das importações brasileiras nesse período, cuja média diária declinou 10,3% (PINHEIRO, 1995, p.A-6).

Nesse período de crescimento das importações de bens de capital, cabe destacar a abrangência que vem tomando o processo de ampliação das importações de máquinas usadas. Geralmente com idade entre cinco e 15 anos, essas máquinas são consideradas "defasadas" nos países de origem (principalmente Estados Unidos, Alemanha, França e Itália), mas "modernas" para o padrão tecnológico nacional. Estima-se para 1995 um acréscimo de US\$ 500 milhões nas importações de equipamentos de "segunda mão", compradas a preços até 70% inferiores ao de um equipamento similar novo, o que explica o crescente interesse das empresas nacionais.⁵ Os principais importadores são as subsidiárias de empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil, e a maior parte dos equipamentos destina-se aos setores metal-mecânico, químico e têxtil (FLORENCE, 1995, p.A-5). Portanto, uma das peculiaridades do processo de modernização do parque produtivo nacional é a elevada incorporação de equipamentos já depreciados nos países desenvolvidos.

Em suma, os dados disponíveis até o momento quanto ao nível de investimento na indústria brasileira indicam a permanência da confiança dos agentes econômicos, a partir da manutenção de seu nível de investimentos. Assim, a hipótese da "recessão" não parece ter afetado de forma contundente o comportamento da produção e das importações de bens de capital.

⁴ Até o mês de maio, o crescimento nas importações de bens de capital era de 90,5% sobre igual período de 1994 (MACHADO, 1995, p.97).

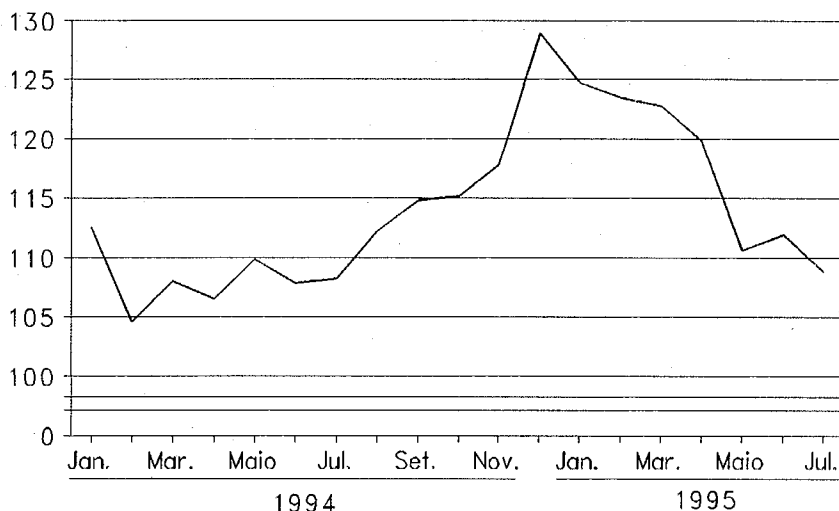
⁵ A regulamentação da importação de máquinas usadas — Portaria nº 370 do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo MICT, editada em 1994 — estabelece as mesmas alíquotas de importação vigentes para a aquisição de máquinas novas, apenas sem a isenção do IPI.

3 - A queda no nível da atividade: números para todas as teses

O nível da atividade industrial brasileira apresentou em julho o seu pior resultado de 1995. Medida pelo índice dessazonalizado do IBGE, a produção experimentou quedas sucessivas até julho, tendência esta quebrada com um pequeno crescimento em junho. Comparando-se julho a janeiro, a retração no índice chegou a 12,79%. Esses números parecem corroborar a hipótese da queda expressiva na atividade durante 1995 e, portanto, a tese da recessão.

Gráfico 2

Índice dessazonalizado da produção da indústria de transformação no Brasil — jan./94-jul./95



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil-produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, jul.

NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

Entretanto esse quadro muda quando o período de análise é ampliado. O Gráfico 2 mostra a evolução do índice dessazonalizado da produção industrial brasileira entre janeiro de 1994 e julho de 1995. Nele constata-se que o índice da produção em 1995 é sempre superior ao do mesmo mês de 1994, o que resulta em uma taxa acumulada de 8,77% de crescimento na produção e de 10,52% nos últimos 12 meses. São, portanto, taxas bastante elevadas de crescimento na produção industrial brasileira e que contrastam com a hipótese da recessão. Nesse contexto, a queda na atividade ocorrida durante 1995 poderia ser considerada como um desaquecimento, necessário diante do abrupto crescimento verificado no segundo semestre do ano passado.

O nível médio de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação medido pela Fundação Getúlio Vargas mostra que, na comparação com julho de 1994 (80%), a capacidade ociosa se encontra mais reduzida em julho de 1995, com utilização de 83% (Conj. Econ., 1995, p.52).

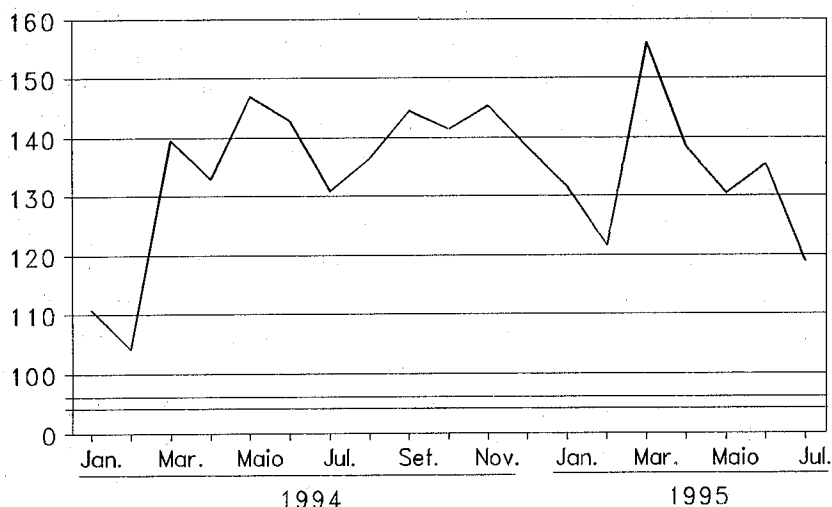
Entre os gêneros com maior capacidade ociosa no mês de julho, estão os produtos da chamada indústria tradicional, como couros e peles (71%), calçados (71%) e mobiliário (61%).⁶ O maior peso desses setores "tradicionais" na indústria gaúcha em comparação com a brasileira influenciou para um desempenho que, até o momento, é inferior ao da indústria nacional.

O Gráfico 3 mostra que a indústria gaúcha apresentou seu mês de pico, frente à média de 1991, em março de 1995. Na comparação com esse mês, julho mostra uma queda na produção de 23,73%. Comparado ao do mesmo mês do ano passado, o desempenho da atividade industrial gaúcha em julho foi 9,27% inferior, enquanto na indústria brasileira esse resultado foi praticamente equivalente. Ou seja, para a produção industrial gaúcha, tornou-se mais plausível localizar uma queda mais expressiva na atividade, devido à preponderância de setores que foram mais penalizados com a forma como foi implementado o Plano Real, como, por exemplo, o agroindustrial e o de calçados.

⁶ Essas informações são confirmadas pelos dados do IBGE, que apontam gêneros como couros e peles e vestuário, calçados e artefatos de tecido como os de pior desempenho em sua produção, em julho, na comparação com a média de 1991.

Gráfico 3

**Índice da produção da indústria de transformação
no Rio Grande do Sul — jan./94-jul./95**



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional-produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, jul.

NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

Não obstante, também para a indústria gaúcha, à medida que é ampliado o período da análise, verifica-se uma mudança no comportamento da atividade, com esta passando a ter crescimento, embora bem menos significativo do que aquele apresentado pela indústria brasileira, com a mesma base de comparação. O acumulado de janeiro a julho de 1995 aponta ainda taxa positiva, 2,66%, enquanto o índice acumulado dos últimos 12 meses mostra crescimento de 7,55%.

A tendência declinante da atividade industrial também pode ser identificada com base na evolução do Índice de Desempenho Industrial (IDI), calculado pela FIERGS. A comparação com o mesmo mês do ano anterior mostra variações positivas, porém decrescentes, havendo o acumulado de janeiro a agosto atingido 10,05%.

4 - Considerações finais

A polêmica "recessão" *versus* "desaquecimento" tem, na indiscutível redução no nível da atividade industrial após o mês de março, o ponto de convergência entre as duas interpretações. Os números que mostram essa queda podem, entretanto, contemplar quaisquer das opiniões quanto à sua profundidade, dependendo da base de comparação.

A análise restrita à evolução dos índices de produção no ano de 1995 tende a fortalecer a hipótese da recessão, ao passo que a comparação envolvendo índices que também contemplem períodos do ano anterior (acumulados no ano ou em 12 meses) favorece a interpretação de que essa queda em 1995 corresponderia a um desaquecimento da atividade industrial.

No entanto a causa principal do decréscimo na produção industrial, a política monetária rígida e a conseqüente contenção do crédito, vem sendo gradualmente atenuada. Exemplo dessa tendência é a queda nominal na taxa de juros — apesar da concomitante redução da inflação venha mantendo as taxas reais ainda elevadas. Por outro lado, na opinião dos empresários, continua problemática a manutenção de uma defasagem cambial elevada, embora seus efeitos tenham sido diminuídos na medida em que as indústrias mais ameaçadas pela concorrência internacional foram contempladas com alguma forma de proteção tarifária ao longo do ano.

A despeito do discurso empresarial favorável ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado e à abertura comercial brasileira, o que se verificou no segundo trimestre de 1995 foi a forte pressão promovida junto ao Governo solicitando a adoção de medidas que reduzissem o custo do dinheiro e protegessem os setores industriais mais ameaçados. Saliente-se que a cobrança por uma flexibilização na política monetária não teve como contrapartida uma discussão que possibilitasse avanços para a necessária reforma tributária, e às reclamações quanto à defasagem cambial não correspondeu uma queda nos preços internos que os aproximasse dos níveis internacionais para grande parte dos produtos industriais.

Em suma, a partir das medidas já adotadas, as perspectivas são de estabilização do nível da produção industrial, com uma provável retomada do crescimento no quarto trimestre. Portanto, é possível que, ao final de 1995, a "recessão" deixe de ser o *leitmotiv* das preocupações empresariais, sem, contudo, necessariamente, representar mais empregos no setor industrial.

Bibliografia

- CONJUNTURA ECONÔMICA (1995). Rio de Janeiro: FGV, v.49, n.8, p.51-54, set.
- CONSIDERA, Cláudio Monteiro (1995). Recessão e desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-2, 26 set.
- FERRARI, Livia (1995). Máquinas usadas: setor cresce. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-5, 19 set.
- FLORENCE, Ana (1995). Indústria paulista fecha 103,8 mil vagas, mas ritmo de demissões cai. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-4, 3 out.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil-produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, jul.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional-produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, jul.
- MACHADO, Paulo de Tarso Pinheiro (1995). O desafio do desequilíbrio externo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.2, p.97.
- PINHEIRO, Alexandre (1995). Balança registra superávit de US\$328 milhões em agosto. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-6, 21 set.
- SEIDL, Antonio Carlos (1995). Indústria fecha 17.659 vagas em uma semana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-3, 5 set.
- SÚMULA ECONÔMICA (1995). Porto Alegre: FIERGS, set.